

INSTRUMENTALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: TEORIAS, CONCEITOS E INDICADORES

Jair Sampaio Soares Junior*
Rogério Hermida Quintella**

RESUMO

Ao reconhecer o grau de complexidade que envolve o tema Desenvolvimento, pretende-se, inicialmente, apresentar aspectos relativos às interpretações dominantes do conceito, procurando agrupá-los segundo a similitude de suas abordagens, para, em seguida, levantar questões que envolvem a instrumentalização desses conceitos e suas formas de mensuração. Essa análise pretende oferecer novos *insights* aos interessados no tema, evidenciando como o referencial teórico conceitual determina a arquitetura e a construção dos principais indicadores e índices para mensuração desse fenômeno.

ABSTRACT

Recognizing the complexity of Development as a subject, this paper is intended, initially, to present some of its dominant conceptions while trying to classify them according to the similarity of their approaches. Following this introduction, some questions are raised about the instrumentalization of such concepts and their forms of measurement. This analysis offers some new insights to those interested in the theme, while evidencing how the theoretical background of each interpretation determines the architecture and the construction of the main indicators and indexes used to measure this phenomenon.

*Doutorando NPGA/EAUFBA

**Prof. NPGA/CIAGS/EAUFBA

O processo de desenvolvimento abrange uma complexidade de relações inter e transdisciplinares. Sua análise, portanto, não pode ser feita considerando apenas uma abordagem unidimensional. A partir dessa perspectiva, apresenta-se, inicialmente, uma revisão da aplicação do conceito desenvolvimento e de seu marco de origem. Em seguida, apresenta-se uma revisão do referencial teórico consubstanciando a opção pela abordagem das múltiplas dimensões. As opções metodológicas adotadas neste texto se delineiam a partir da escolha de quatro dimensões para a modelagem do fenômeno, quais sejam: Social, Econômica, Ambiental e Política.

A partir do estudo de algumas das principais abordagens teóricas das referidas dimensões, faz-se uma reflexão crítica acerca de seus reflexos sobre a construção de indicadores de desenvolvimento. O objetivo deste ensaio é oferecer uma reflexão sobre as conseqüências da adoção de diferentes abordagens teóricas sobre o termo desenvolvimento em seu uso como "representação do processo de mudança social".

Condicionantes Históricas do Desenvolvimento: do século XVII ao século XIX

É bastante usual, tanto na literatura quanto nos ambientes de mercado e de governo, que os termos 'desenvolvimento' e 'crescimento' sejam utilizados como equivalentes. É claro que ambos têm, historicamente, integrado o mesmo campo de ações e de percepções pertencentes a um conjunto de formulações teóricas que alcançaram níveis privilegiados de reconhecimento, legitimidade e de incorporação às principais preocupações da maioria dos grupos de poder.

Na primeira parte deste texto, objetiva-se discorrer criticamente sobre o sentido e as conseqüências da relação entre crescimento e desenvolvimento com base no estudo das contribuições de pensadores contemporâneos, a exemplo de Gilbert Rist (2001).

Os termos 'desenvolvimento' e 'crescimento' ocuparam lugar central nas sociedades ocidentais, constituindo, freqüentemente, um receituário teórico e ideológico. Tal fato, somado à criação e aplicação de metodologias quantitativas para mensuração do que venha a ser 'desenvolvido' e 'subdesenvolvido', levou a diversas acepções e desdobramentos. A difusão de tais conceitos e metodologias tem justificado, ao longo dos anos, as iniciativas das nações mais ricas em estender aos países do chamado 'terceiro mundo' ajuda técnica e econômica, ancorada no paradigma da modernização ou do liberalismo.

Apesar de a construção do 'mito do desenvolvimento' nas sociedades ocidentais ter emergido já nas civilizações greco-romanas, para fins do presente ensaio, interessa tratar especificamente do seu uso a partir do Século XVII, com o advento do ideário iluminista.

O termo desenvolvimento prevaleceu, desde a Antiguidade até o final da Primeira Guerra Mundial, como um construto genérico que designava os mais variados aspectos relacionados ao bem-estar da humanidade, assim como um modo de significar a história e, também, como uma metáfora para descrever as transformações sociais que provêm dos processos econômicos.

Algumas considerações sobre a legitimidade do termo desenvolvimento são importantes para compreender as metamorfoses pelas quais passou, justificando, inclusive, sua generalizada mitificação no mundo ocidental. Essa suposta legitimidade parece decorrer do fato de o termo desenvolvimento integrar a chamada linguagem científica e, também, da visão freqüentemente predominante de que tal pro-

cesso seria um fenômeno natural e positivo. Não obstante essa percepção, sua expansão foi restringida por um outro paradigma, o da 'consciência de limite'¹.

Em meados do Século XVIII, opondo-se radicalmente à visão rousseauniana do "bom selvagem", Buffon (1707-1788) afirma que na natureza existe um protótipo geral em cada espécie, o qual se aperfeiçoa em função do clima e dos hábitos da sociedade em que se insere. Em sua obra a História Natural, o autor defende a idéia de que o europeu é aquele para quem a civilização irá chegar, e afirma: "Du fait même de leur supériorité, les peuples policés sont responsables d'un monde en devenir" (BUFFON segundo DUCHET, 1984, p.54). Desse modo, Buffon parece oferecer um suposto respaldo moral e, em alguns casos, até mesmo legal, à realidade, então vista como natural, no crescente colonialismo.

Ainda no século XVIII, o Marquês de Condorcet (1743-1794) apresenta uma outra justificativa para o 'suposto processo natural de ocidentalização' ao lançar as bases do pensamento que iria predominar na segunda metade do Século XX. Condorcet defendia a idéia que a Europa acabaria respeitando a independência de suas antigas colônias e contribuindo com elas a partir da civilização² de seus povos (RIST, 2001, p.68). Nessa perspectiva, portanto, a colonização era vista como uma empreitada generosa, visando oferecer oportunidade às sociedades mais atrasadas para 'avançarem' no caminho da civilização.

Outros pensadores modernos – Vico, Kant, Proudhon, Mill, Hegel, Marx – corroboram a visão de Condorcet quando não concebem nem interpretam o progresso (desenvolvimento) do mesmo modo que os pensadores alinhados com a idéia da 'consciência de limite'. No trabalho dos pensadores modernos é possível perceber certa proximidade com o pensamento Agostiniano em conceber a história como totalidade, ou seja, um processo contínuo de evolução. Todos eles, porém, vêem a história como uma firme marcha da civilização, mesmo que não linear, na direção do bem-estar comum: "um evoluir constante, alicerçado na crença da perfectibilidade humana e motivado pela busca incessante de um bem-estar" (RIST, 2001).

O paradigma do desenvolvimento alcançou seu apogeu no Século XIX, sob a forma de evolucionismo social. O termo desenvolvimento, nesse paradigma, prevaleceu sobre conceitos tais como 'modernização' ou 'liberação'. Tal predominância parece decorrer da necessidade de uma percepção mais ampla para representar as múltiplas práticas destinadas a melhorar o bem-estar da humanidade.

Pode-se perceber, portanto, um alinhamento das teorias da modernidade quanto à percepção dos grupos sociais como uma única espécie e, assim, devendo apresentar trajetórias similares de desenvolvimento. Entretanto, a analogia com o processo desenvolvimentista natural não explica nem consegue lidar adequadamente com a multiplicidade cultural que está presente nas sociedades, particularmente do Século XXI, conforme será discutido a seguir.

Desenvolvimento no Século XX: a perspectiva das agências internacionais

Esta seção apresenta a evolução histórica do conceito de desenvolvimento, no âmbito das Nações Unidas e de outras organizações internacionais, o qual, ao longo das últimas décadas, tem sido progressivamente incorporado às agendas de numerosos países.

A ampla difusão de conceitos e políticas de desenvolvimento ocorrida nas últimas décadas proporcionou um foco internacional tão intenso sobre o tema que parece justificar, aqui, a adoção da denominação *era do desenvolvimento*. A origem dessa *era*, em que supostamente ainda vivemos, pode ser localizada no final da primeira metade do Século XX, possivelmente na política internacional do presidente norte-americano Harry S. Truman, quando este decide destacar a importân-

¹ Um ponto de inflexão da curva de crescimento, para se adequar às leis naturais ou ao plano de Deus.

² O termo *Civilização* foi empregado até a Primeira Guerra Mundial para representar o processo de ocidentalização promovido, principalmente, pelos países da Europa.

cia de se ampliar a ajuda técnica oferecida a alguns países da América Latina e a algumas outras nações menos favorecidas:

I believe that we should make available to peace loving peoples benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development (TRUMAN, 2005, p.2).

Para Ribeiro (2005, p.15) é a partir daquele período que

o desenvolvimento passa a ter um sentido transitivo (...) isso muda a visão de Mundo (...) as relações Norte/Sul tinham interesses opostos: colonizados e colonizadores. A dicotomia desenvolvido e subdesenvolvido propõe uma nova relação: um mundo onde todos são iguais de direito e não de fato.

As idéias do Marquês de Condorcet parecem ter sido postas definitivamente em prática a partir do ano de 1960 – considerado ‘o ano da descolonização’ –, quando vários países tornaram-se independentes.. O processo de ‘descolonização’ entrou pela década de 60, mudando a relação de forças até mesmo no plenário das Nações Unidas e colocando em um plano mais elevado os problemas da desigualdade no mundo e a necessidade de desenvolvimento no então chamado ‘terceiro mundo’.

A questão do desenvolvimento voltou a ganhar importância como foco de preocupação internacional pouco depois (em dezembro de 1964) com a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento/UNCTAD³. Essa organização foi criada com o objetivo de tentar preencher a lacuna não coberta pelas instituições surgidas no pós-guerra.

Dando continuidade ao crescente foco internacional sobre o tema, em 1968, foi criado o chamado Clube de Roma, reunindo profissionais de destaque de diversas áreas e de diferentes países para a formação de uma livre associação de cientistas, tecnocratas e políticos. O Clube tinha por objetivo refletir e procurar soluções para diversos problemas do globo. O Clube de Roma publicou, em 1972, um relatório denominado ‘Limites do Crescimento’, no qual reconhece a finitude dos recursos naturais e a seriedade dos problemas que já, então, assolavam o meio ambiente e comprometiam a sobrevivência humana na Terra. Ainda em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, realizada em Estocolmo, o crescente movimento internacional em torno do tema terminou por apontar o problema do abastecimento futuro de energia, no médio e longo prazo, como uma prioridade para a agenda internacional.

Já nos anos 70, o ‘novo quadro’ das Nações Unidas veio a favorecer o surgimento e a elaboração de propostas consolidadas, como a Declaração da ‘Nova Ordem Econômica Internacional’ – NOEI, na qual se dá especial destaque à questão do desenvolvimento.

Na década seguinte, aparentemente pela ação dos países centrais, ampliou-se a discussão das questões financeiras na agenda internacional, conseqüentemente colocando a até então crescente discussão do desenvolvimento, novamente, em segundo plano, devido à promoção de idéias e práticas neoliberais de exaltação do mercado e redução do Estado. Como conseqüência, o ‘terceiro mundo’ perdeu espaço na agenda política mundial e seus pleitos de desenvolvimento voltaram a não ‘encontrar eco’ nas prioridades dos países com economia mais desenvolvida.

De modo geral, as instituições de Bretton Woods, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico/OCDE e a Organização Mundial do Comércio/OMC ganham relevância em relação a UNCTAD, que pretendeu ser, nos anos 1970, o principal foro de negociação de uma nova ordem econômica internacional (ALMEIDA, 1994).

Difunde-se, naquele momento (década de 80), o conceito de ‘sustentabilidade do desenvolvimento’. Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento publica o relatório denominado ‘Nosso Futuro Comum’, também

³ Sigla em inglês

conhecido como 'Relatório Bruntland', no qual consta o que é, até hoje, a mais amplamente aceita definição de desenvolvimento sustentável:

o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras (...) é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (BECKER, 1993, p.49).

Essa definição é aceita, desde então, como base do marco teórico inspirador da agenda internacional predominante sobre o tema. Muitos países participaram de sua elaboração, o que certamente ajudou a promover sua grande projeção internacional (MATTOS, 1997).

Na década seguinte, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro, trouxe o tema de volta ao foco da agenda política internacional. Tratava-se, então, de avançar com um conceito de desenvolvimento sustentável bem mais amplo, combinando a preservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais com o imperativo da resolução dos problemas sociais.

Nessa Conferência, apesar dos conflitos de interesses presentes, foi elaborado um programa de ação de longo prazo e amplo impacto internacional – a Agenda 21 – , no qual lançaram-se algumas bases para se praticar, em termos globais, o emergente conceito de desenvolvimento sustentável.

Os resultados da Eco-92 desdobraram-se, em termos de instrumentos de mensuração, a partir de agosto de 1994, com a realização da Conference and Workshop on Indicators of Sustainability – CWIS. Segundo Hart (1994), embora já existissem algumas iniciativas de concepção de metodologias para aplicação de instrumentos de mensuração, a CWIS possibilitou alguns avanços, entre os quais se destacaram: a) reconhecimento de diferentes definições de sustentabilidade; b) necessidade de uma metodologia adequada para o uso efetivo de indicadores de sustentabilidade e; c) constatação do interesse governamental e privado no tema.

Ainda na década de 90, organizações como o World Resources Institute e o World Bank fomentaram a divulgação da 'economia verde' ("green national accountig"), ocasionando propostas de alterações político-metodológicas na mensuração do Produto Interno Bruto – PIB de alguns países. A partir dessa perspectiva, o PIB desses países passaria a refletir a diminuição dos recursos naturais e os custos da poluição gerada (MARZALL & ALMEIDA, 1998).

No final da década de noventa e no início do novo milênio, a 'globalização' tornou-se um tema mais presente nos debates e reflexões sobre problemas internacionais de ordem política, econômica, social, cultural e ambiental. Entre outros fatores, a extraordinária expansão do conteúdo informacional na vida cotidiana passou a vigorar como um padrão hegemônico e determinante, na maior parte das sociedades da chamada 'Sociedade da Informação e do Conhecimento'. Esse novo paradigma técnico-econômico parece ter favorecido, ainda mais, a proliferação da idéia ocidental de desenvolvimento, assumindo uma nova complexidade e incitando novos desafios para os pesquisadores dos mais variados campos do saber.

De forma a aprofundar a discussão sobre as visões contemporâneas acerca do conceito de desenvolvimento, a próxima seção traz, inicialmente, algumas definições atuais, para, em seguida, apresentar uma análise estruturada das correntes predominantes na sua abordagem. Ao final da seção, faz-se uma reflexão sobre as relações entre as correntes que mais contribuíram com a discussão e a evolução do tema nos fóruns internacionais.

Acepções Contemporâneas de Desenvolvimento

Uma definição corriqueira e despreziosa do termo desenvolvimento pode ser observada, por exemplo, no dicionário Houaiss. O termo é ali tratado como: "o

aumento da capacidade ou das possibilidades de algo; crescimento, progresso, na rubrica econômica significando: crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade etc.”

Na abordagem acadêmica brasileira, Ribeiro (2005) afirma que o sentido da palavra desenvolvimento em várias áreas do conhecimento converge para “um estado, processo, bem-estar, progresso, crescimento econômico, crescimento humano ou equilíbrio ecológico”.

A Comissão SUD, em 1990, define o termo como um processo de institucionalização do caráter que libera a população ‘do medo e da exploração’. Tal interpretação de desenvolvimento, além de peculiar, parece divergir da concepção de muitos estudiosos do tema, para os quais “Trata-se de considerar o Desenvolvimento como um fenômeno global e que interessa fundamentalmente aos países desenvolvidos” (RIBEIRO, 2005, p.11).

Uma visão já internacionalmente institucionalizada como a do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, por outro lado, traz, ainda, uma outra importante interpretação do que seja desenvolvimento. Nessa acepção, significaria: “ampliar a gama de escolhas à população que permita tornar o desenvolvimento mais democrático e participativo. (...) acesso a (*sic*) renda... participação nas decisões e gozo de liberdades humanas, econômicas e políticas” (PNUD, 2005, p.2). Essa percepção do conceito parece basear-se na perspectiva do Evolucionismo Social, do Individualismo e do Economicismo, o que configuraria um caráter normativo e instrumental, segundo Ribeiro (2005).

As definições apresentadas estão, ao menos parcialmente, vinculadas a modelos identificados a partir das três correntes predominantes sobre o conceito de desenvolvimento. A primeira, e mais usual, trata o termo quase que como um sinônimo de crescimento econômico. A segunda nega que o conceito sequer faça sentido e reza que seu emprego não passa de reles ilusão, manipulação ideológica, crença ou mito. A terceira corrente, por sua vez, parece ser a mais difícil e desafiadora via: “tenta explicar que o desenvolvimento nada tem de quimérico e nem pode ser amesquinhado como crescimento econômico” (VEIGA, 2005, p.17). Pode-se, a esta altura, descrever sucintamente cada uma dessas ‘escolas de pensamento do desenvolvimento’:

a) Desenvolvimento como crescimento econômico

Na perspectiva econômica, ao se discutir o tema, faz-se necessário mencionar Joseph Schumpeter. Esse celebre economista utilizou o termo desenvolvimento (em alemão, *Entwicklung*), como sinônimo de ‘evolução’, ‘desdobramento’, ‘revelação’. Para Schumpeter e para essa Escola, parece não haver necessidade de uma teoria do desenvolvimento.

Para Veiga (2005, p.80): “Os fundamentalistas de mercado implicitamente consideram o desenvolvimento como algo redundante. O desenvolvimento viria como decorrência natural do crescimento econômico graças ao efeito cascata (*trick down effect*)”.

Até algumas décadas atrás, alguns dos principais representantes dessa escola de pensamento econômico consideravam que o crescimento seria capaz de promover o desenvolvimento⁴ da sociedade e, com isso, supostamente, solucionar direta ou indiretamente os problemas relativos às mais variadas dimensões do fenômeno, principalmente aqueles relacionados à diminuição da pobreza de uma nação ou região. Assim, à medida que os países crescem, diminui a incidência de pobreza em suas sociedades (WORLD BANK, 2005). Dessa forma, diante da impossibilidade de controlar a dinâmica populacional, políticas de crescimento seriam a melhor opção para o combate à pobreza.

Pensadas há séculos por Smith e Ricardo (1978), essas políticas ainda encontram aprovação na literatura recente sobre desenvolvimento (PRESTON, 1996). Baseiam-se na idéia de que o crescimento da economia resulta na disponibilização

⁴ *Leia-se progresso*

de mais recursos para população, o que acarreta, conseqüentemente, em benefício para os mais pobres.

Não obstante, pode-se observar que nos Séculos XIX e XX, por exemplo, ocorreram melhorias consideráveis nas condições médias de vida da população mundial, alavancadas pelo crescimento econômico. Entretanto, o próprio Banco Mundial reconhece que a obtenção do crescimento econômico por si só, não garantiu a diminuição da pobreza. A redução na incidência da pobreza teria se dado, sim, por meio da escolha de um conjunto de políticas que, aparentemente, tiveram ação eficiente sobre a melhoria da qualidade de vida, principalmente das populações Norte-americanas e Européias, e, portanto, indo além da mera dimensão econômica.

Essa perspectiva, apesar de aparentemente predominante, está longe de ser hegemônica. Segundo Rocha (2003), já na década de 1950, a medição da situação de carência com base na renda foi objeto de críticas, em virtude da necessidade de se apreender a pobreza como uma síndrome multidimensional, somente passível de ser compreendida pela avaliação de diversos aspectos ligados às condições de vida das unidades familiares. Apesar dessa observação, até hoje algumas abordagens importantes ainda são baseadas apenas em um parâmetro de renda. Frequentemente, ainda se vê a chamada 'linha de pobreza' como um indicador supostamente capaz de delimitar a população carente de um país. Portanto, nessas abordagens, admite-se que, em sociedades modernas urbanizadas, boa parte do bem-estar está associada à renda de que as pessoas dispõem para ter acesso a bens e serviços a serem 'adquiridos no mercado'.

Deve-se, no entanto, lembrar que, mesmo para essa linha de pensamento desenvolvimentista ligado ao crescimento econômico, outros fatores importantes para a sustentação da estrutura de uma sociedade são negligenciados se olhados apenas com sua ótica original. Isso pode ser observado, por um lado, na falta de atenção às questões sociais, principalmente com relação às camadas mais pobres da população, e, também, no crescimento desigualmente distribuído, tanto entre indivíduos quanto entre regiões. Por outro lado, isso se reflete, ainda, na falta de atenção às questões ambientais, levando, por conseqüência, a uma perspectiva em que o crescimento da economia seria sustentável *ad infinitum* (CAVALCANTI, 1997).

b) Desenvolvimento como ficção

No discurso dos autores que fazem parte dessa segunda corrente está presente o entendimento de que o desenvolvimento não pode ser medido, não pode ser reduzido a uma compreensão quantitativa do mundo. Rivero (2002) defende a idéia de que aqueles que acreditam no desenvolvimento ignoram os processos qualitativos histórico-culturais, o progresso não-linear da sociedade, as abordagens éticas e, até, prescindem dos impactos ecológicos.

Outro ponto que caracteriza os autores que fazem parte desta cética corrente está relacionado ao fato de entenderem que existe uma reduzida, ou quase nula, possibilidade de os países periféricos ascenderem na rígida hierarquia capitalista mundial. Segundo Rist (2001), existe uma contradição intrínseca a essa discussão ao considerar que as sociedades fazem parte de uma mesma espécie, cujo tempo transcorre em um mesmo ritmo para todas elas, e que, assim sendo, não seria possível uma sociedade que iniciou seu desenvolvimento tardiamente, alcançar aquelas que já se encontram em um estágio avançado de desenvolvimento.

Apesar da visão de Rist, as críticas quanto à utilização do termo desenvolvimento convergem no entendimento de que imaginá-lo como uma representação assintótica do crescimento não é apropriado por relacionar um fenômeno natural a um fenômeno social. Rist (2001) ratifica essa observação afirmando que, ao invés de facilitar a compreensão do fenômeno, a metáfora o obscurece, "naturalizando a história". "Nada prova que cada lugarejo esteja destinado a tornar-se uma grande cidade". Seria como se cada espécie animal estivesse destinada a transformar-se em uma outra espécie, já que esta última apresenta maior sucesso evolutivo.

Com o triunfo da perspectiva Darwinista adotada pelo Evolucionismo Social, estabeleceu-se no Século XX um novo paradigma em que a sociedade alcançaria seu pleno desenvolvimento. A aceitação desse paradigma aparentemente implicaria em um suposto imaginário coletivo: a primazia e a superioridade ocidental sobre as outras civilizações ao menos em termos de 'seus desenvolvimentos'. Assim, no cerne dessa concepção estaria a idéia de que existe uma 'história natural da humanidade' e que, portanto, o desenvolvimento das sociedades, da riqueza e do conhecimento corresponderia a um princípio 'natural auto-dinâmico'.

Para Furtado (2000), o desenvolvimento, visto nessa perspectiva, é um mito, uma fantasia, algo inalcançável, no arcabouço de um sistema que destrói recursos naturais, aquele que agrava disparidades de renda e tende, ainda, a produzir uma homogeneização cultural danosa. Nessa perspectiva, emerge a preocupação dos céticos com o livre arbítrio, o pluralismo cultural, a multiculturalidade, o interculturalismo, que nos leva naturalmente a considerar e respeitar as diferenças, evitando uma 'universalização' agenciada pelo desenvolvimento. Rist (2001, p.77) arremata: "*Paradoxalement, le « développement » s'universalise mais il n'est pas transculturel!*".

Para os 'céticos', portanto, a aproximação com o darwinismo teria legitimado a colonização de certas regiões da África e Ásia já no fim do Século XIX. Esse movimento tinha o objetivo de proporcionar às sociedades colonizadas a condição de se tornarem avançadas conforme os critérios estabelecidos no processo de dominação. Os benefícios de tal intervenção materializariam a idéia de que uma mesma 'natureza humana' implica em uma mesma 'natureza social'.

Furtado (2000) defende a proposição de que os países dependentes serão sempre subdesenvolvidos. Para esse autor, "a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro da dependência". Notadamente, o atual processo de industrialização favorece e faz crescer o controle do aparato produtivo de países periféricos por parte de grupos estrangeiros, implicando em uma maior dependência ao sistema produtivo dos grupos dominantes por meio da imitação de padrões externos. A visão do desenvolvimento que prevalece nessas circunstâncias é a de um conceito operatório, puramente descritivo, relacionado às hipóteses induzidas que culminam, em última análise, em um modelo de padrões culturais importados. A adoção desse modelo mimético favorece a consolidação da dependência e inibe as transformações estruturais da economia e das sociedades subordinadas.

Corroborando a idéia dos pensadores desta corrente, Veiga (2005, p.79) sinaliza que, eventualmente, "A renúncia à idéia de desenvolvimento deve-se ao fato de [ele] ter funcionado como armadilha ideológica inventada para perpetuar assimétricas relações entre as minorias dominantes e as majorias dominadas, nos países e entre os países".

c) Via 'alternativa'

A terceira escola de pensamento do desenvolvimento, observada nesta breve revisão, reúne os autores os quais acreditam que o conceito multidisciplinar de 'desenvolvimento' possui complementaridades com a idéia unidisciplinar de 'desenvolvimento econômico' proposto pela 'escola cética'. Por exemplo, Veiga (2005, p.81), para quem "a melhor fórmula sintética do desenvolvimento é de Celso Furtado", afirma que:

o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

Para essa corrente, embora crescimento econômico possa ser transformado em desenvolvimento, é importante salientar que não existe uma igualdade semân-

tica entre os termos. Para que o desenvolvimento ocorresse seria necessário que o crescimento econômico fosse pensado no escopo de um projeto social voltado para o bem-estar da sociedade. Nessa abordagem, contudo, não está posta de maneira direta a relação entre desenvolvimento e o bem-estar do meio ambiente.

Segundo a terceira escola, o desenvolvimento poder vir a ser a utopia do Século XXI, assim como pode vir a suscitar uma revitalização de proposta alternativa em busca de uma sociedade fundamentada em leis justas e em instituições verdadeiramente comprometidas com o bem-estar político-econômico da coletividade.

Em seu entendimento mais comum, 'utopia' é algo fantasioso ou quimérico. Obviamente, não é nesse sentido que essa escola considera o desenvolvimento, mas na perspectiva de sociólogos como Karl Mannheim ou filósofos como Ernst Bloch, que o perceberam como um projeto de organização social capaz de indicar potencialidades realizáveis e concretas em uma determinada ordem política constituída, contribuindo para sua transformação.

Em face da fragmentação das ciências sociais e da lacuna teórica existente nas abordagens do desenvolvimento, imputa-se comumente ao conceito três finalidades: eficiência, equidade e liberdade. Cada uma dessas finalidades está associada a dimensões distintas: a eficiência visa à dimensão econômica; a equidade, a dimensão social e; a liberdade, ao fim político (UNICAMP, 2006). Percebe-se, portanto, que para entender o desenvolvimento como desejam os defensores da 'via alternativa', é necessário um olhar integrado e multidisciplinar. O estudo do fenômeno requereria um novo paradigma e, portanto, a construção de categorias analíticas novas, que integrem o aporte de outros campos da ciência.

A seção seguinte provê uma reflexão sobre as teorias da 'via alternativa' e o conceito desenvolvimento sustentável, os quais, dessa forma, são tratados, sucintamente, a partir do conceito da sustentabilidade.

Desenvolvimento Sustentável

Como mencionado anteriormente, o termo desenvolvimento sustentável surgiu no final da década de 70 e foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente – CMMA, conhecida como Comissão Brundtland.

Em função do aumento do interesse político mundial nas questões ambientais e do acirramento dos conflitos sociais, houve uma maior motivação para o debate sobre o desenvolvimento nas últimas décadas. Como argumenta Sachs (2004), nesse contexto delicado, é que surge a proposta de um Desenvolvimento Sustentável como alternativa desejável – e possível – para promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais.

Embora exista uma ampla aceitação do termo 'sustentável' na comunidade internacional, é fato, também, que não existe um consenso em torno de uma definição clara e única para esse conceito.

Em uma perspectiva ambiental, a noção de sustentabilidade "se origina de teorizações e práticas ecológicas que tentam analisar a evolução temporal de recursos naturais, tomando por base a sua persistência, manutenção ou capacidade de retorno a um presumido estado de equilíbrio, após algum tipo de perturbação" (RAYNAUT, LANA e ZANONI, 2000, p.74).

Segundo Raynaut (1997, p.370), a utilização dessa noção pode levar à interpretação de uma história que não comporta outro movimento que não "a reprodução incomensurável de um equilíbrio impossível" da natureza e da sociedade.

Para Veiga (2005), as respostas à questão do que é sustentável, podem ser reunidas em três grupos distintos:

1) O primeiro grupo acredita que é possível conciliar crescimento econômico e conservação ambiental. Embora não haja evidência científica para tal afirmação e não exista consenso nas opiniões dos economistas, os integrantes dessa corrente procuram alinhar seus argumentos ao raciocínio da velha parábola de fazer o bolo crescer para depois distribuir. Esses autores disseminam a idéia de que o crescimento econômico só prejudica o ambiente até certo ponto; a partir de um

determinado patamar de renda *per capita*, o crescimento passa a contribuir com a conservação ambiental. Tal raciocínio tem sido denominado na literatura de 'curva ambiental de Kuznets'.

2) O segundo grupo, formado por aqueles que não acreditam que as teorias econômicas podem ser aperfeiçoadas para responder a problemática ambiental, entende que:

Dentro de uma visão estritamente econômica, a incorporação dos impactos ecológicos no processo produtivo deve passar pela quantificação destes impactos, de forma negativa ou positiva, na formação do valor dos bens obtidos. Esta incorporação tem sido impossibilitada pelas limitações da ciência econômica, tanto no que se refere à conceituação do valor, quanto à perspectiva do horizonte de tempo. Todas as escolas econômicas resistem a reconhecer um valor na natureza em si, e têm sido impotentes para administrar o longo prazo, no qual os resultados do impacto ecológico se manifestam com clareza (BUARQUE, 1990, p.17).

Embora a colocação de Buarque ainda esteja baseada nos pressupostos da escola econômica, percebe-se sua preocupação em incorporar os elementos ambientais. Desse modo, a busca pela valoração econômica dos elementos do meio ambiente leva os economistas a romperem com o monopólio do sistema econômico fechado e suscita a necessidade de interagir com outras disciplinas (NAREDO, 1987).

A segunda corrente pode, filosoficamente, ser comparada com as consequências da segunda lei da termodinâmica⁵, ou seja, alerta sobre o implacável aumento da entropia provocada pelo sistema econômico. Para o grupo inserido nessa corrente, cujo principal expoente é Herman E. Daly, só haverá alternativa à decadência ecológica na chamada 'condição estacionária', ou seja, a situação na qual a economia continuaria crescendo por meio das inovações tecnológicas, podendo alcançar um estágio mais avançado, em que seria abolida a obsessão pelo crescimento do produto. Nesse apogeu, a economia cresceria por conta da melhoria qualitativa dos produtos, a partir dos dividendos da natureza e não do seu capital, promovendo a substituição de tecnologias obsoletas por tecnologias mais efetivas.

3) A terceira via, alternativa às duas teses extremas apresentadas, é classificada por Veiga (2005, p.170) como "obscura tentativa de construir um discurso" do que seria um "caminho do meio". Veiga (2005) alerta, ainda, que, nessa via, a construção intelectual está mais atrasada do que a "via alternativa".

Apoiando as reflexões de Veiga (2005) e Almeida (1999), Mattos (1997) e outros autores argumentam que a formulação do conceito desenvolvimento sustentável não é clara, e apresentam como evidência o fato de que podem ser identificadas na literatura quase uma centena de definições. Para esses autores, se a definição adotada para o desenvolvimento sustentável dificultou sua operacionalização, a ambigüidade e a falta de clareza que lhe são atribuídas contribuíram, também, para uma aceitação mundial da idéia de "cultivar um caráter sustentável ao desenvolvimento".

Todas essas diferentes visões da questão evidenciam a importância da análise crítica na argumentação empregada para conceituar e representar os dois componentes do conceito: o substantivo desenvolvimento e o adjetivo sustentável.

Segundo Wackernagel & Rees (1996), a confusão envolvendo o conceito de desenvolvimento sustentável não é totalmente inocente, já que a mesma traria de forma implícita a intenção de, com essa discussão, ampliar o raio de ação da economia para o campo dos recursos naturais e do meio ambiente, o que para Naredo (1987, p.66) resultaria em um "sistema composto precisamente de bens comumente denominados livres e não econômicos". Nesses termos, a

⁵ De forma simplificada, pode-se dizer que a segunda lei da termodinâmica diz que toda mudança espontânea no universo se dá na direção de uma desordem crescente, ou seja, de uma maior entropia.

sustentabilidade requer um padrão de vida dentro dos limites impostos pela natureza. Utilizando uma metáfora econômica, poderia-se dizer que 'deve-se viver dentro da capacidade do capital natural'.

O desenvolvimento sustentável como imperativo econômico convencional, pressupõe a maximização da produção econômica, ao tempo em que deve ser restringido em favor dos imperativos sociais (minimização do sofrimento humano atual e futuro) e ecológicos (proteção da ecosfera) (WACKERNAGEL e REES, 1996).

A noção de desenvolvimento sustentável utilizada para subsidiar ações conservacionistas originou-se de uma discussão mais geral relacionada ao confronto entre a necessidade de crescimento econômico e a necessidade de conservação dos recursos naturais. Ademais, foi legitimada por estabelecer um pretensão consenso entre essas duas dimensões, originalmente consideradas opostas (CASTELLS, 2000; NOBRE 2002).

Para Bossel (1999), a aceitação do termo implica em deixar apenas uma alternativa - a insustentabilidade - que teria como consequência a ameaça existencial futura. Custance (1998) parece concordar com esta visão quando afirma que encontrar desenvolvimento sustentável é um processo contínuo de progresso equilibrado na área ambiental, na econômica e na social. De modo complementar, para alcançar o desenvolvimento sustentável, a sociedade precisaria perceber, também, a relevância das dimensões: ecológica, material, política e, até mesmo, psicológica (BOSSSEL, 1999).

Nota-se, assim, que a relevância do tema desenvolvimento sustentável, claramente produziu vínculos estreitos com a temática do crescimento econômico e do meio ambiente. Para compreender tal relação é preciso recorrer aos objetos de estudo de três campos de saber:

- a) econômico e social;
- b) geografia humana;
- c) ciências biológicas, físicas e químicas.

Para Veiga (2005, p.187), "É evidente que estes três âmbitos se relacionam, interagem e se sobrepõem, afetando-se e condicionando-se mutuamente". Corroborando as idéias de Veiga, Sunkel (2001, p.296) considera que "a evolução e transformação da sociedade e da economia no processo de desenvolvimento alteraram de várias maneiras o mundo natural. E esse relacionamento recíproco materializa-se, se articula e se expressa por meio de formas concretas de ordenamento territorial".

Inspirado nessa perspectiva, Sachs (2004) formulou alguns princípios básicos sobre uma nova visão de desenvolvimento: a) satisfação das necessidades básicas; b) solidariedade com as gerações futuras; c) participação da população envolvida; d) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) elaboração de um sistema social garantindo o emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e f) programas de educação.

Assim, autores e organizações internacionais trabalham o conceito de sustentabilidade, cada qual com um enfoque específico buscando caracterizar possíveis paradigmas em torno do tema. A diversidade de percepções leva à ênfase em questões distintas (ideológicas, tecnológicas, econômicas, ecológicas etc.), parecendo, assim, estarem relacionadas com as diferenças de visões sobre o mundo, de interesses e de ideologias, ou seja, segundo os limites e modelos mentais dos criadores das definições, dos interlocutores e dos fins a que se destinam suas criações e mensagens (ALMEIDA, 1999).

Pode-se, assim, identificar cinco dimensões para o planejamento do desenvolvimento:

1. Sustentabilidade *social*: entendida como um desenvolvimento que leve a uma maior distribuição de renda;
2. Sustentabilidade *econômica*: alocação, gerenciamento e investimentos de recursos públicos e privados mais eficientes, com a avaliação da eficiência

- econômica efetivada também em termos macrossociais;
3. Sustentabilidade *ecológica*: por meio da ampliação da capacidade de carga da terra, limitação do consumo de combustíveis fósseis, redução do volume de resíduos e de poluição, autolimitação no consumo de materiais, intensificação da pesquisa para obter tecnologias de baixo teor de resíduos e definição de normas para adequada proteção ambiental;
 4. Sustentabilidade *espacial*: por meio de uma melhor distribuição territorial urbana e rural e;
 5. Sustentabilidade *cultural*: através de processos que traduzam as noções de ecodesenvolvimento em soluções pragmáticas para o local, para os ecossistemas e a cultura (SACHS, 2004).

De forma mais restrita, Daly e Gayo (1995), defendem que o termo sustentável engloba, na verdade, apenas três aspectos principais:

- a) sustentabilidade *ecológica*: que diz respeito à manutenção das propriedades e características dos ecossistemas essenciais à manutenção da vida, inclusive no longo prazo;
- b) sustentabilidade *econômica*: que se refere à gestão adequada dos recursos naturais de forma que a produtividade não fique comprometida, ou seja, a atividade econômica deve se manter em um nível satisfatório, sem comprometer o suprimento de recursos naturais;
- c) sustentabilidade *social*: relacionada, basicamente, à adequação da distribuição dos custos e benefícios, tanto entre as pessoas como entre as regiões e as gerações.

Outros autores ampliam, porém, a gama de dimensões que podem ser incorporadas ao escopo do desenvolvimento sustentável. Por exemplo: Darlot (2000) também analisa a questão da sustentabilidade com um corte em cinco dimensões, quais sejam: *sociocultural*, *técnico-agronômica*, *econômica*, *ecológica* e *político-institucional*. Já Camino e Muller (1993) apontam que o alcance do termo sustentável deve ser ampliado, contemplando justiça social, viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental, democracia, solidariedade e ética.

Em uma outra abordagem, Lopes (2001) sugere que no debate da sustentabilidade, deve-se recorrer ao estudo de múltiplas dimensões, enfocando as interligações das dimensões *social*, *econômica* e *ambiental* e destas com outras dimensões, tais como *política*, *cultural*, *institucional* e *democrática*.

Embora haja concordância quanto às limitações conseqüentes do reducionismo da questão ambiental, a maioria das abordagens aqui apresentadas considera a relação e a interação entre as partes no todo e entre o todo e seu ambiente como elemento secundário. Isto parece evidente na suposta existência dos sistemas social, econômico e ambiental como instâncias separadas e independentes, existindo apenas uma zona de interação entre eles, na qual a sustentabilidade é alcançada.

De acordo com esse entendimento, a finalidade da sustentabilidade seria a integração dos três sistemas alcançada pela harmonização dos seus objetivos.

A definição das dimensões adotadas na análise dos autores citados é, portanto, bastante diferenciada, convergindo em alguns pontos e divergindo em outros. Observa-se que as dimensões selecionadas estão, de maneira geral, relacionadas ao contexto e aos objetivos de cada estudo. Entretanto, no debate do 'desenvolvimento sustentável', é possível identificar a necessidade de uma abordagem multidimensional que contemple a operacionalização do conceito, enfocando as interligações harmônicas das dimensões mais tradicionalmente observadas (social, econômica e ambiental) com as demais dimensões que constituem o fenômeno do desenvolvimento (política, cultural, institucional etc.).

Embora, mais uma vez, não seja possível estabelecer um consenso entre os autores estudados, é razoável suscitar dessas abordagens certa convergência

para a idéia de harmonia por meio do bem-estar das pessoas e do ambiente; promovendo o bem-estar e combatendo, dessa forma, a pobreza. Desses temas trata a seção que se segue.

Desenvolvimento, Bem-Estar e Pobreza

Originalmente utilizado em estudos sobre desenvolvimento humano, é relativamente recente o emprego do termo 'bem-estar' em trabalhos sobre desenvolvimento e sustentabilidade. Aparentemente, o conceito foi inicialmente cunhado por Tony Hodge (1994, citado por HOLTZ, 1995) e utilizado no relatório sobre economia e ambiente da "National Round Table on the Environment and the Economy - NRTEE".

Trabalhos como os de Hodge *et al.* (1995) e Prescott-Allen (1999; 2001) trazem como hipótese subjacente a idéia de que o desenvolvimento sustentável é aquele que ocorre a partir de uma combinação do bem-estar humano e 'do bem-estar do ecossistema'. As pessoas vivem e fazem parte do ecossistema e, conseqüentemente, a análise do bem-estar de ambos não pode ser feita separadamente. Isto é, o bem-estar da humanidade não pode ser desassociado de um ambiente natural sadio.

O termo bem-estar, empregado no âmbito do desenvolvimento sustentável, é tratado por Holtz (1995) a partir das dimensões: econômica, desenvolvimento humano, qualidade de vida, saúde e felicidade. As três primeiras dimensões possuem uma vasta produção literária e indicadores mundialmente aceitos, a exemplo de: i) Renda; ii) Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e iii) Índice de Qualidade de Vida - IQV. Já as dimensões Felicidade e Saúde são tratadas pelo autor de maneira subjetiva.

Os conceitos de bem-estar humano e de ecossistema apresentados por Prescott-Allen (2001) parecem capturar cada uma dessas dimensões. O autor associa ao bem-estar humano a condição em que a humanidade é capaz e hábil para escolher e satisfazer suas necessidades. Essa proposta se expande ao bem-estar do ecossistema, através do potencial de adaptação e oferta de uma variedade de escolhas e oportunidades destinadas a apoiar as pessoas e demais formas de vida.

O discurso de bem-estar, por outro lado, parece manter certa afinidade com a análise da pobreza proposta por Sen (1988), no enfoque das capacidades. Nesse enfoque, o autor assinala a relevância das pessoas disporem de certos meios para alcançar seus objetivos de bem-estar. Defende, também, a idéia de que esses meios podem ser condições físicas de vida, capital humano, liberdade política, direitos sociais, auto-respeito e riqueza. Quem estiver privado dos meios básicos de vida é classificado, portanto, como pobre, porque não é capaz de satisfazer suas necessidades se assim o desejar. Tal critério valoriza a importância da liberdade das pessoas para decidir a utilização dos meios de que dispõem do modo como lhes convier. As críticas a esse modo de considerar a pobreza recaem basicamente sobre duas dificuldades: definir o que sejam as capacidades mínimas e avaliar a extensão da liberdade necessária para sua utilização. Para Ribeiro (2005, p.6), "a sedução implícita na discussão do desenvolvimento está na crença da possibilidade de eliminar a pobreza".

Nesse sentido, Sen (1976) foi o primeiro a propor condições ideais que devem ser observadas na construção de indicadores de pobreza para refletir as mudanças na distribuição a partir da dinâmica de empobrecimento e enriquecimento de uma dada população. Para o autor, medir a pobreza de uma dada sociedade envolve dois passos básicos: primeiro, deve-se identificar quem é considerado pobre e, em seguida, selecionar os indicadores que irão descrever a situação de pobreza. A proposta de Sen foi adotada e aperfeiçoada por muitos autores, como Anand (1977), Foster, Geer e Thorbecke (1984) e Desai (1990).

Assim, conclui-se que sustentável é o desenvolvimento que propicia ou permite o alcance ou a manutenção harmônica do bem-estar do homem (economia, sociologia e política) e do ambiente (ecossistema e espaço), considerados igualmente importantes.

Com base nesse referencial, é possível analisar criticamente os principais índices de desenvolvimento disponíveis na literatura, o que constituirá a segunda parte desta pesquisa. Esta segunda etapa terá como premissa o reconhecimento da importância da aderência dos indicadores aos conceitos, bem como a imperativa necessidade de uma abordagem multidimensional para o fenômeno.

Considerações Finais

O texto apresentado, inspirado em algumas reflexões sobre a Teoria do Desenvolvimento, buscou oferecer uma abordagem baseada no diálogo com escolas de pensamento distintas. Esse exercício permitiu identificar as principais diferenças e similitudes nas abordagens sobre desenvolvimento e reuni-las por correntes ou escolas de pensamento. Constatou-se, também, que as escolas convergem ao aceitar o substantivo bem-estar como o estado desejável de harmonia, tanto para o ambiente como para o homem.

Foi possível observar que para estudar desenvolvimento é necessário um olhar integrado e não a simples superposição de percepções disciplinares – a abordagem interdisciplinar. De fato, a complexidade do fenômeno do desenvolvimento e, particularmente, do desenvolvimento sustentado, exige a construção de categorias analíticas novas que integrem o aporte de diferentes campos de conhecimento.

A revisão teórica realizada neste ensaio deixa claro que, a despeito da ampla discussão presente na literatura, não há consenso sobre o conceito desenvolvimento ou mesmo sobre o desenvolvimento sustentável. As diversas iniciativas voltadas à mensuração do fenômeno motivaram a formulação de um dos objetivos deste ensaio que é identificar e analisar as formas de mensuração do desenvolvimento mais difundidas na literatura.

Atualmente, os trabalhos que tratam a mensuração do desenvolvimento por meio de indicadores e índices estão, em grande parte, associados ao monitoramento da mudança social e de um conceito quase que coloquial de bem-estar. Destarte, os indicadores de desenvolvimento têm por finalidade não somente mostrar, de forma bastante precisa, a relação entre os fatos e as mudanças, mas também subsidiar o monitoramento dos processos de transformações de natureza econômica, política, social e ambiental, entre outras.

'Desenvolvimento' e 'sustentabilidade', como se viu, são conceitos subjetivos e de vital importância à sociedade mundial contemporânea. Daí decorre a necessidade de novos indicadores que sejam mais do que simples indicadores unidimensionais (ambientais, econômicos, sociais e políticos isoladamente). De modo similar, indicadores de desenvolvimento sustentável devem ser mais do que indicadores de crescimento. Devem expressar eficiência, suficiência, equidade e qualidade de vida. Crescimento interpretado na ótica da maior parte dos estudiosos leva apenas a 'ter mais', não necessariamente em viver melhor, em viver com bem-estar social ou ambiental.

A construção de indicadores, por sua vez, não envolve apenas a interpretação dos conceitos e das estatísticas, mas requer o enfrentamento de sua problemática sob uma ótica multidisciplinar. A elaboração de técnicas de análise e mensuração do desenvolvimento trará sempre polêmicas em virtude do caráter crítico que lhe é pertinente. Deve-se, porém, lutar por uma utilização mais madura dessas análises, seja por parte dos poderes públicos, seja por parte da imprensa ou mesmo do público em geral.

Por outro lado, para a mensuração do desenvolvimento, é importante o uso de conceitos que possam dar conta de sua condição subjetiva, complexa e, como já dito, multidimensional. Este trabalho não prescinde do conhecimento da realidade social, econômica, política e ambiental, bem como da adoção de critérios e valores adequados para cada situação. Independentemente das polêmicas políticas e midiáticas, as discussões sobre desenvolvimento constituem um campo importantíssimo, difícil e controverso, aberto a múltiplos entendimentos e concep-

ções. Além da multiplicidade de percepções sobre o fenômeno, o campo de estudos abrange, também, vários modos de mensurar e tratar as manifestações do desenvolvimento, os quais devem ser adequados às distintas realidades e às opções conceituais que estiverem sendo consideradas. Sachs (2004), por exemplo, alerta que, durante as tentativas de mensuração, devem ser observadas as diversas questões de natureza conceitual e metodológica.

É importante salientar que os indicadores de desenvolvimento devem ser vistos não apenas como instrumentos conjunturais e de uso eventual ou figurativo, mas como elementos indispensáveis para fundamentar a tomada de decisão nas esferas governamental e pública.

Nos últimos anos, têm surgido por todo o mundo iniciativas e projetos com vistas à definição de indicadores de desenvolvimento para um variado leque de finalidades de gestão, no âmbito dos desenvolvimentos local, regional e nacional. A abordagem multidimensional e interdisciplinar, fundamentada nos autores estudados, possibilitou a identificação de dimensões comuns de análise nestas iniciativas que nortearão a avaliação de aderência dos indicadores estudados à representação do processo de mudança social em busca de um estado de bem-estar.

Ao fim deste ensaio, é possível vislumbrar possíveis desdobramentos que certamente culminarão em uma etapa mais propositiva para o trabalho aqui apresentado. Este estudo mostrou que a investigação sobre índices e indicadores de desenvolvimento não se encerra em fórmulas, técnicas ou abordagens quantitativas. Com base no debate conceitual, futuros trabalhos serão desenvolvidos a partir da análise do conjunto de indicadores que são adotados pelos principais índices de desenvolvimento existentes.

Por fim, foi evidenciado que um bom indicador de desenvolvimento dificilmente será fácil de ser entendido. Para que possam descrever a complexidade do fenômeno, certamente, os indicadores e índices terão que ter uma complexidade interna correspondentemente alta. Diante disso, parece necessário que cientistas das áreas social, econômica e ambiental, apoiados na infra-estrutura existente nas suas respectivas ciências, assumam a responsabilidade por sua construção, bem como da comunicação dos resultados.

Referências

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *A questão social no Brasil: um balanço do século XX*. Rio de Janeiro: [s.n.], setembro de 2004 (mimeo).

ALMEIDA, J. A. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar F. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade ou possibilidade*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

_____. *A cláusula social no comércio internacional*. RBCE Comércio Exterior. Rio de Janeiro: Funcex, 1994, nº 40, jul-ago-set, p. 52-60.

ANAND, Sudhir. *Inequality and poverty in Malasya: measurement and decomposition*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1977.

BECK, Ulrich. *Die eröffnung des welthorizontes: zur soziologie der globalisierung*. globalisierung. Baden Baden: Nomos, 1997.

BECKER, B.K. A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento regional responsável. In: Bursztyn, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: 1993. Ed. Brasileira. 161 p.

BOSSSEL, Hartmut. *Indicators for sustainable development: theory, method, applications*. Winnipeg : International Institute for Sustainable Development, 1999.

BRAGA, T. M.; FREITAS, A. G.; DUARTE, G. S. Índice de Sustentabilidade Urbana. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

AMBIENTE E SOCIEDADE - AMPAS, 1., 2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo: AMPAS, 2002,

BRASIL. *Brasil 2002 a sustentabilidade que queremos*. Brasília: Gráfica Positiva, 2002.

BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COBB, C. et al. *The genuine progress indicator: summary of data and methodology*. San Francisco: Redefining Progress, 1995.

CUSTANCE, J.; HILLER, H. Statistical issues in developing indicators of sustainable development, *Journal of the Royal Statistical Society*, [s.l.], v.3, n.161, p.281-302. 1998.

CAMINO, R. de; MÜLLER, S. *Sostenibilidad de la agricultura y los recursos naturales: bases para establecer indicadores*. San José, Costa Rica: IICA, 1993. 134p.

CAVALCANTI, Clóvis. *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo, Recife: Editora Cortez e Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

DALY, H.; GAYO, D. Significado, conceptualización y procedimientos operativos del desarrollo sostenible: posibilidades de aplicación a la agricultura. In: MARÍN, A. C. (Org.). *Agricultura y desarrollo sostenible*. Madrid: Ministerio da Agricultura e Pescas, 1995, p.19-38.

DAROLT, M. R. *As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR*. Curitiba, 2000. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Paraná.

DUCHET, Michèle. *Le partage des savoirs – discours historique, discours ethnologique*. Paris: Editions La Découverte, 1984.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, [s.l.], v. 6, n. 14, p.7-22, Jan./Abr. 1992.

FOSTER, J., GREER, J; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, Ann Arbor, MI, v. 52, n. 3, p. 761-766, May 1984.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HORN, Robert V. *Statistical indicators for the economic and social sciences*. Cambridge: University Press, 1993.

HODGE, R.A. et al. *Pathways to sustainability: assessing our progress*. Canada: NRTEE, 1995.

HOLTZ, SUZAN. Approaches to reporting on human well-being. In: HODGE, R.A. et al. *Pathways to sustainability: assessing our progress*. Canada: NRTEE, 1995, p.104-125.

IISD. *The dashboard of sustainability*. [s.l.]: International Institute for Sustainable Development – IISD, 2003.

IRSCHMANN, A. *A estratégia do desenvolvimento*. São Paulo: Fundo de Cultura. 1961.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Brasília: UNESCO, 2003.

LOPES, S. B. *Arranjos institucionais e a sustentabilidade de sistemas agroflorestais: uma proposição metodológica*. Porto Alegre: PGDR-UFRGS, 2001. (Dissertação de Mestrado).

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. *Parâmetros e indicadores de sustentabilidade na agricultura: limites, potencialidades e significado no contexto do desenvolvimento rural*. Extensão Rural, DEAER/CPGER-CCR-UFSM, n.5, 1998.

MATOS, Carlos. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização: alternativa de sobrevivência ou nova utopia? In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Org.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 103- 126.

NAREDO, José Manuel. Qué pueden hacer los economistas para ocuparse de los recursos naturales? Desde el Sistema Económico hacia la Economía de los Sistemas. *Pensamiento Iberoamericano*, [s.l.], n. 12, jul.-dez. 1987, pp. 61-74.

NEWMAN, P. W. G. *Sustainability and cities: extending the metabolism model*. Austrália: [s.n.], 1999.

NISBET, Robert A. *Social change and history: aspects of the western theory of development*. New York: Oxford University Press, 1970.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M. Nobre; AMAZONAS, M. C. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: Ibama, 2002.

NOLL, Heinz H; ZAPF, Wolfgang. Social indicators research: societal monitoring and social reporting. In: BORG, Ingwer; MOHLER, Peter Ph.(Org.). *Trends and perspectives in empirical social research*. Berlin: Gruyter, 1994, p.1-17.

PNUD, *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em 10 de set. de 2005.

PRESCOTT-ALLEN, R. *Assessing progress toward sustainability: The System Assessment Method illustrated by the Wellbeing of Nations*. Cambridge: IUCN, 1999.

PRESCOTT-ALLEN, R. *The wellbeing of nations: a country-by-country index of quality of life and the environment*. Washington: Island Press, 2001.

PRESTON, Peter W. *Development theory: an Introduction*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

RAYNAUT, C. *Les Sabels: diversité et dynamiques des relations sociétés-natures*. Paris: Kartjal, 1997.

_____; LANA, P. ; ZANONI, M. Pesquisa e formação na área de meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação. *Desenvolvimento e meio ambiente*, Curitiba, v.1, Jul./Dez. 2000.

RIBEIRO, Adagenor Lobato. *Modelo de indicadores para mensuração do desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sócio-Ambiental)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2002.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco. *Notas de aula do curso de doutorado em administração*. Salvador: ADM/UFBA, 2005.

RIST, Gilbert. *Le développement: une histoire de croyance occidentale*. Paris: Presses de Science Po. 2001.

RIVERO, Oswaldo de. *O Mito do desenvolvimento*. Os países inviáveis no século XXI. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. *Indicadores Econômicos*, [s.l.], n.20, v.4. p.245-255, 1993.

- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fórum social mundial*. São Paulo: Cortez, 2005
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Desigualdade reexaminada*. São Paulo: Editora Record, 2001.
- _____. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica*, Ann Arbor, MI, v. 44, n. 2, p. 219-231, Mar. 1976.
- SMITH, Adam; RICARDO, David. *Riqueza das nações: princípios de economia política*. Salvador: Abril Cultural, 1978.
- SUNKEL, Osvaldo. A sustentabilidade do desenvolvimento atual. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; Abramovay, Ricardo (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP, EDUSP, 2001, pp. 267-310.
- TRUMAN, Harry S. *Inaugural Address*. [s.l.]: [s.n.], 1949. Disponível em: <<http://www.harrystruman.us/TrumanInauguralSpeech.html>>. Acesso em 19 de fev. de 2006.
- UNICAMP. *Índice DNA-Brasil*. [s.l.]: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.dnabrasil.org.br>>. Acesso em 25 de jan. de 2006.
- VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.
- WACKERNAGEL, M.; REES, W. *Our ecological footprint*. Gabriola Island, BC and Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1996.
- WORLD BANK. *The World Bank*. [s.l.]: [s.n.]. Disponível em: <<http://web.worldbank.org>>. Acesso em 12 de set. de 2005.